

## A CRÍTICA DE LIMA BARRETO À POLÍTICA EXTERNA DE RIO BRANCO

*Lima Barreto's criticism about Rio Branco's foreign policy*

**Luciano da Rosa Muñoz<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup>Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. **E-mail:** [lmunoz1984@hotmail.com](mailto:lmunoz1984@hotmail.com). **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-6685-9385>.

Artigo recebido em: 15 abr. 2025 | Aceito em: 20 out. 2025.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

## RESUMO

Neste trabalho, almejamos compreender a crítica de Lima Barreto à política externa do Barão do Rio Branco baseada no americanismo. Rio Branco preocupou-se com a segurança ontológica do Brasil e buscou articular uma narrativa biográfica nacional direcionada às relações especiais de amizade com os Estados Unidos. Argumentamos que Lima Barreto opôs-se ao americanismo em dois pontos. Primeiro, ele ridicularizou a extrema preocupação de Rio Branco com a imagem internacional do Brasil e a considerou um exemplo de bovarismo. Segundo, ele denunciou o racismo de Rio Branco e seus métodos arbitrários de recrutamento que negaram aos negros acesso à carreira diplomática no Brasil. Analisamos alguns trabalhos de Lima Barreto e defendemos que ele construiu um discurso alternativo e crítico ao discurso hegemônico da política externa de Rio Branco.

**Palavras-chave:** Barão do Rio Branco. Lima Barreto. Política externa e literatura.

## ABSTRACT

In this paper we intend to understand Lima Barreto's criticism about the Baron of Rio Branco's foreign policy grounded on Americanism. Rio Branco worried about Brazil's ontological security and sought to articulate a national biographical narrative towards special relations of friendship with the United States. We argue that Lima Barreto opposed Americanism on two major points. First, he mocked Rio Branco's extreme concern with Brazil's international image and considered it an example of bovarism. Second, he denounced Rio Branco's racism and arbitrary methods of recruitment which denied black people access to the Brazilian diplomatic career. We analyse some of Lima Barreto's works and defend he built up an alternative and critical discourse to Rio Branco's hegemonic foreign policy discourse.

**Keywords:** Baron of Rio Branco. Lima Barreto. Foreign policy and literature.

## INTRODUÇÃO

Em vida, o Barão do Rio Branco já era uma unanimidade nacional. Em 1909, a antiga travessa do Senado, no Rio de Janeiro, onde nascera em 1845, foi rebatizada Rua 20 de Abril em sua homenagem (Santos, 2018). Em 9 de fevereiro de 1912, o chanceler estava enfermo e à beira da morte. Em frente ao Itamaraty, um popular aflito teria perguntado a um jornalista: “O Brasil já morreu?” (Viana Filho, 2008). Nas décadas posteriores a seu falecimento, a memória histórica converteu-o em ancestral mítico e patrono da diplomacia moderna no Brasil. O “mito do Barão” reforçou o *esprit de corps* e a homogeneidade do corpo diplomático, assim como a continuidade histórica do Itamaraty (Barros, 1983; Moura, 2000). O papel central do Barão na consolidação das fronteiras do país permite considerá-lo um “founding father” tardio da nação (Santos, 2012). Na historiografia, domina a interpretação de que Rio Branco deu início ao paradigma americanista da política externa brasileira, o qual foi hegemônico por cinquenta anos após sua morte e baseou-se

no deslocamento do eixo das relações exteriores para os Estados Unidos (Lima, 1994; Silva, 1995; Sato, 1998; Ricupero, 2006). Em vida, contudo, o Barão também teve seus críticos.

A crítica de Lima Barreto à política externa de Rio Branco foi construída às margens da elite política da Primeira República. Revisar sua obra é importante, uma vez que escapa das fontes oficiais tradicionalmente estudadas por historiadores da política externa brasileira (Leite, 2023). Durante sua gestão à frente do Itamaraty (1902-1912), o Barão manteve uma identidade internacional para o Brasil através de narrativa biográfica nacional (Berenskoetter, 2014a) amparada em três coordenadas. Em primeiro lugar, seria preciso ocultar indígenas, negros e mestiços da representação exterior do país, a fim de passar à Europa e aos Estados Unidos a imagem de que o Brasil era um “país branco e civilizado”. Em segundo, buscar sinais de reconhecimento de status ao lado das grandes potências. Por fim, projetar um futuro de grandeza para o Brasil com base na grandeza do território nacional (Muñoz, 2022). Em contrapartida, a crítica de Lima Barreto ao americanismo voltou-se aos temas do bovarismo e do racismo. O bovarismo levava a elite política brasileira à cópia dos modelos estrangeiros, ao passo que o racismo a fazia condenar a mestiçagem como característica única da identidade nacional. Com amparo na análise de parte da obra do escritor carioca, argumentamos neste trabalho que Lima Barreto construiu um discurso literário alternativo e crítico ao discurso hegemônico da política externa de Rio Branco.

### ELITES POLÍTICAS DA BELLE ÉPOQUE CARIOCA

Com o advento da República no Brasil (1889), a nova elite política buscou identificar o país aos Estados Unidos e a seus vizinhos. Na perspectiva dos republicanos históricos, tais como Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça, responsáveis por redigir o Manifesto Republicano (1870), a queda do regime monárquico seria crucial para que o Brasil rompesse seu isolamento no continente. Na primeira década republicana, a euforia americana levou Bocaiúva a assinar o tratado de Montevideu (1890), depois rejeitado no Parlamento, pois previa a divisão do território contestado de Palmas entre Brasil e Argentina (Cervo e Bueno, 2011). Os americanistas viam nos Estados Unidos, país de grande riqueza material, uma imagem futura do Brasil. Como encarregado de negócios em Washington, coube a Salvador de Mendonça não apenas assinar um convênio comercial entre os dois países, senão também convencer os norte-americanos a intervirem em favor de Floriano Peixoto na Revolta da Armada (1893-94).

De acordo com Alonso (2002), os republicanos históricos utilizavam os termos “república” e “democracia” como equivalentes, em oposição ao regime aristocrático do Império. Como pondera Ricupero (2018), a democratização era a questão central do debate sobre a América no começo do regime republicano. Vistos como modelo para o Brasil, os Estados Unidos eram compreendidos como a expressão da democracia. No sentido institucional, a democratização implicaria transformar a sociedade brasileira, tendo-se em conta mudanças recentes como a Abolição, a imigração e a urbanização. Os primeiros anos da República, porém, estiveram

dominados por crises sucessivas. Ao estado de guerra civil somou-se a crise do Encilhamento, tentativa frustrada de Rui Barbosa de gerar um surto industrialista no país através da expansão do crédito. Entre 1889 e 1902, o Brasil careceu de uma diretriz firme de política externa, pois onze ministros sucederam-se na condução do Itamaraty. Tal desorientação ocorreu porque a queda do regime monárquico não implicou a criação imediata de uma nova ordem estável. A volta da estabilidade não envolveu a democratização, senão o estabelecimento de uma república oligárquica amparada no coronelismo (Lessa, 1999).

O começo do regime republicano foi marcado por uma crise na formação de novas elites no país, a qual não foi capaz de desagregar a estrutura da diplomacia brasileira, ainda vinculada às práticas imperiais. Na década de 1890, a presença constante do Visconde de Cabo Frio, nomeado em 1864 para o cargo de Diretor-Geral, garantiu a continuidade apesar das várias trocas de ministros. Durante a gestão do Barão do Rio Branco (1902-1912), o recrutamento de novos quadros continuou a privilegiar parentes de velhos políticos do Império, o que tornou o Itamaraty o último reduto dos monarquistas no Brasil (Cheibub, 1985). Mais próximo da República, Oliveira Lima considerava que o maior desafio da democracia norte-americana era representado por sua população negra. Assim, também seria interessante pensar o problema do futuro social dos afrodescendentes no caso do Brasil. Sob o impacto das teorias raciais do final do século XIX, a elite política e social brasileira, considerada branca, distanciava-se do povo, mestiço, indígena e negro (Ricupero, 2018).

Em 1902, Rio Branco encontrou um país estável, uma república oligárquica amparada na “política dos governadores” e na prosperidade do café. Sua política externa voltou-se para a restauração da imagem do país no mundo, na medida em que os primeiros anos do regime republicano haviam aproximado o Brasil da “barbárie” associada aos vizinhos. A vontade de demonstrar que o país era estável e aderiu aos padrões de civilização tornou-se especialmente relevante em face do avanço do imperialismo europeu na virada do século. Dessa forma, o Barão aproximou-se dos Estados Unidos, uma vez que a aplicação da Doutrina Monroe dissuadiria as potências europeias de possíveis aventuras no continente americano. Como destaca Lynch (2014), a intangibilidade e a grandeza do território atuavam no imaginário da elite política brasileira como garantia de glória futura de um país pobre e atrasado. De sua parte, Joaquim Nabuco aderiu ao americanismo, pois entendia que os imperialismos britânico e alemão seriam ameaças mais graves ao Brasil do que o imperialismo dos Estados Unidos, desinteressados em adquirir colônias na América do Sul (Bethell, 2010).

O Barão encontrou no Rio de Janeiro uma cidade cosmopolita integrada ao capitalismo global da *Belle Époque* por meio do comércio exterior. O revezamento das elites políticas causado pelo advento do regime republicano abriu espaço para a ascensão de uma burguesia carioca sedenta por progresso e “civilização”. Havia profunda identificação com padrões culturais franceses. Os navios europeus traziam consigo modas de comportamento, roupas e mobiliário direto de Paris. O bovarismo das elites políticas encontrou expressão maior na reforma do Rio de

Janeiro. Tratava-se de transformar a capital do país em uma vitrine da civilização a exemplo da Cidade Luz. Assim, ocorreu a demolição de casarões coloniais e imperiais do centro da cidade, ocupados pela população pobre, majoritariamente negra e mestiça, a qual acabou expulsa para os subúrbios e os morros. Em paralelo, houve repressão a manifestações da cultura popular, tais como o carnaval e o jogo do bicho. Em 1904, a Avenida Central foi inaugurada, e a lei da vacina obrigatória promulgada (Sevcenko, 2003).

O começo do século XX marcou o apogeu da “república dos conselheiros” no Brasil (Lins, 1965). A recuperação da estabilidade após a primeira década republicana iniciou-se na presidência de Campos Sales, responsável por negociar o *funding loan* junto aos credores britânicos e instaurar a “política dos governadores”. Durante a presidência de Rodrigues Alves, antigo conselheiro do Império, a prosperidade da lavoura cresceu a par da valorização artificial dos preços internacionais do café. Por sua vez, Rio Branco saudou a reforma do Rio Janeiro, interessado em restaurar a imagem do Brasil por meio de uma política externa de busca por prestígio e reconhecimento internacional (Bueno, 2012). Reunidos na Academia Brasileira de Letras (ABL), recém fundada por Joaquim Nabuco e Machado de Assis, os intelectuais cosmopolitas buscavam atualizar a nação conforme os exemplos europeu e norte-americano. O Barão lotou as dependências do Itamaraty de intelectuais, os quais transmitiriam ao mundo a imagem de um país civilizado e de uma sociedade ilustre. Entretanto, a literatura era para poucos, uma vez que o Brasil se dividia entre algumas oligarquias e milhões de analfabetos (Sevcenko, 2003).

De sua parte, Lima Barreto jamais conseguiu ser aceito na ABL. Em seu diário íntimo, relata uma visita que fez ao Itamaraty em 1905. Estava malvestido, porém esperava ser recebido com respeito, pois vinha na condição de funcionário da Secretaria da Guerra. No entanto, foi tratado com desdém pelos contínuos que o recepcionaram. Na parede de um salão lustrado, observou um brasão que o remeteu a uma grande fazenda colonial (Barreto, 2018). Ele fazia parte de um grupo de escritores marginalizados e inconformados com o regime republicano, os quais buscaram em uma literatura combativa a resposta para seu abandono. Barreto abominava o cosmopolitismo da burguesia carioca. Via no Barão do Rio Branco e no Ministério das Relações Exteriores o centro dessa atitude reverente em relação a padrões estrangeiros (Sevcenko, 2003). A modernização da capital o exasperava. Em 1917, escreveu em seu diário que “[o] Rio não precisa de semelhantes edifícios [...]. Mas a mania de imitarmos os Estados Unidos leva-nos a tais tolices [...]. É o que eles chamam de progresso. Fresco progresso!” (Barreto, 2018, s/p).

Na experiência ocidental, a instituição da literatura como campo próprio está ligada ao surgimento da concepção de democracia moderna. De acordo com Derrida (2014), a literatura é uma instituição estranha, na medida em que permite transgredir os interditos e tudo dizer. Assim, o discurso literário pode desempenhar importante função crítica em face das instituições políticas e sociais. No Brasil, não ocorreu a integração cidadã dos negros no momento da emancipação política (1822), tampouco após a Abolição (1888). No começo do século XX, por sua vez, Lima Barreto utilizou-se da literatura como ferramenta de crítica social à política externa de Rio Branco,

já que via nela uma expressão do bovarismo e do racismo das elites políticas que haviam construído a “república dos conselheiros”:

Apareceu um embaixador gordo e autoritário, megalômano e inteligente, o Visconde de Pancôme, que fizeram ministro dos Estrangeiros, e ele transformou tudo. Empossado no ministério, a primeira coisa que fez foi acabar com as leis e regulamentos que governavam o seu departamento. A lei era ele [...]. São assim como nós que temos grande admiração pelo Barão do Rio Branco por ter adjudicado ao Brasil não sei quantos milhares de quilômetros quadrados de terras, embora, em geral, nenhum de nós tenha de seu nem os sete palmos de terra para deitarmos o cadáver [...]. Uma de suas quizílias era com os feios e, sobretudo, com os bruzudanguenses de origem javanesa – coisa que equivale aqui aos nossos mulatos. Constituíam o seu pesadelo, o seu desgosto e não julgava os indivíduos dessas duas espécies apresentáveis aos estrangeiros, constituindo eles a vergonha da Bruzundanga, no seu secreto entender. (Barreto, 1922, s/p).

Ao longo de sua gestão de quase dez anos à frente do Itamaraty, Rio Branco foi capaz de imprimir um caráter centralizador e carismático na direção do ministério, tendo sido reconduzido ao cargo sucessivas vezes. Sua capacidade de controle cresceu à medida em que se acumularam os êxitos nas negociações de fronteiras com os vizinhos. Dessa forma, o poder de decisão concentrou-se no ministro em detrimento do posto de Diretor-Geral, ainda ocupado pelo Visconde de Cabo Frio em 1902 (Cheibub, 1985). A homogeneidade social e racial do corpo diplomático era garantida através de métodos de recrutamento arbitrários. Exigia-se fenótipo europeu aos candidatos à diplomacia sob o pretexto de que homens “feios” não poderiam representar o Brasil no exterior (Skidmore, 1992; Santos, 2018).

Em 1904, Lima Barreto resenhou o livro “Le bovarysme” do filósofo francês Jules de Gaultier. Inspirado na personagem Emma Bovary, de Flaubert, Gaultier definiu o bovarismo como um delírio que leva o indivíduo a identificar-se com aquilo que não é. O problema do bovarismo está no cerne de sua crítica à reforma do Rio de Janeiro e à política externa de Rio Branco. Elites políticas de Estados pós-coloniais, tal como o Brasil, apresentam tal condição, já que buscam a modernização de seus países com referência a parâmetros inatingíveis das revoluções industrial e burguesa, incapazes de seguir um caminho próprio. No século XVIII, identificaram-se aos portugueses; no século XIX, a ingleses e franceses; no século XIX, aos norte-americanos (Kehl, 2018). Dessa forma, a segurança física e a integridade do território nacional não eram as únicas preocupações do Barão do Rio Branco. Também era fundamental buscar a segurança ontológica do Brasil por meio de sua identificação aos países ocidentais.

## SEGURANÇA ONTOLÓGICA E AMERICANISMO

Na visão de Vieira (2018), Estados pós-coloniais possuem subjetividade ambígua ou híbrida enquanto membros de uma sociedade internacional dominada por marcadores raciais de identidade, na qual as populações colonizadas eram consideradas inferiores e incapazes de autogoverno. Do ponto de vista emocional, essa falta (*lack*) ou defasagem em face a padrões de civilização gerou ansiedade nas elites políticas encarregadas de articular a identidade internacional dos Estados pós-coloniais por meio de discursos de política externa. No âmbito do

imaginário, as elites políticas brasileiras buscaram lidar com essa ansiedade através da identificação idealizada com países centrais da sociedade internacional, *significant-others* tais como Inglaterra, França e Estados Unidos. No nível simbólico – histórico e social, por outro lado, o Brasil encontrou no momento de sua independência uma sociedade internacional pré-existente, com suas próprias regras e valores baseados na hegemonia das grandes potências. Caberia à elite diplomática criar narrativas de política externa capazes de lidar com a ansiedade gerada pela subjetividade pós-colonial, nas quais houvesse a promessa de segurança ontológica e compensação futura para a falta original (*lack*).

Os Estados não buscam apenas maximizar sua sensação de segurança física, por meio da defesa de sua integridade territorial em face da ameaça de ataques externos. Também é importante a busca por segurança ontológica, ou seja, a sensação de que sua identidade é contínua ao longo do tempo. A capacidade de agir na sociedade internacional depende de um ambiente cognitivo e comportamental estável. No plano simbólico da linguagem, a sensação de segurança ontológica necessita da articulação discursiva de uma narrativa biográfica nacional, a qual permita dar sentido à identidade do Estado no espaço e no tempo. A narrativa biográfica resulta do monitoramento reflexivo que os formuladores da política externa fazem do comportamento do seu Estado. As rotinas que um Estado pós-colonial estabelece com seus *significant-others* – Estados ocidentais considerados superiores – balizam esses comportamentos e possuem uma relação de mútuo reforço com a narrativa biográfica nacional (Steele, 2005; Mitzen, 2006; Berenskoetter, 2014a). Do ponto de vista emocional, contudo, as narrativas biográficas são fantasias que o sujeito conta a si mesmo e que o conectam à ordem social, no passado e no futuro. No plano discursivo, elas funcionam como âncoras do Self e transmitem a sensação de segurança ontológica (Eberle, 2017).

A narrativa biográfica é a principal estrutura de significado para o Self de um Estado-nação. Estabelece parâmetros espaço-temporais de sentido que servem como mecanismos de controle da ansiedade gerada pela insegurança ontológica. No âmbito temporal, a narrativa biográfica precisa articular discursivamente a memória coletiva, através da construção de mitos de origem embasados nos feitos de indivíduos exemplares transformados em heróis nacionais. Espacialmente, o território nacional funciona como o “lar” onde a narrativa biográfica nacional desenrola-se ao longo do tempo. Esse centro de orientação espacial do Estado poderá situar-se no retorno a um espaço de experiência passado – nostalgia; ou em um espaço projetado no futuro – utopia. A articulação discursiva da narrativa biográfica nacional demanda sujeitos autorizados a falar em posições de poder, capazes de reclamar conhecimento e legitimidade tanto para definir a memória coletiva autêntica quanto para transpor a narrativa biográfica em práticas de política externa (Berenskoetter, 2014a).

Na experiência histórica brasileira, o corpo diplomático gozou de autoridade para zelar pela memória histórica e pela definição da identidade internacional do país, em razão de seu acentuado *esprit de corps* e homogeneidade de quadros, bem como de sua elevada autonomia em face a pressões sociais e dentro do aparelho estatal. Tais fatores permitiram ao corpo



diplomático debater e articular narrativas biográficas nacionais e transpô-las para a formulação e implementação da política externa brasileira (Cheibub, 1985; Lafer, 1992; Lima, 1994). Na condição de sujeito com poder para articular a narrativa biográfica do americanismo a partir de 1902, o Barão gozava de uma dupla condição, pois era chanceler e historiador. Com ironia, Lima Barreto (1922) afirmou que Rio Branco era um historiógrafo, não um historiador. Colecionava datas e fatos políticos, porém nada sabia de história social e das necessidades reais da população. Em sua narrativa biográfica, entretanto, selecionou habilmente fatos políticos das relações entre Brasil e Estados Unidos. Sua estratégia discursiva foi esquecer as desavenças do passado e ressaltar os laços de amizade entre os dois países, tendo como referência o reconhecimento norte-americano da independência brasileira, em 1824:

Data de longe essa amizade. Vem dos primeiros dias da nossa Independência, a qual o governo dos Estados Unidos foi o primeiro a reconhecer, como foi o governo do Brasil o primeiro a aplaudir os termos e o espírito das declarações contidas na célebre mensagem do presidente Monroe. O tempo não fez senão ir aumentando, na inteligência e no coração de sucessivas gerações brasileiras, a simpatia e a admiração que os Estados Unidos da América inspiraram aos criadores da nossa nacionalidade. As manifestações de amizade dos Estados Unidos que tendes presenciado procedem de todo o povo brasileiro e não somente do mundo oficial. Os nossos votos são para que essa amizade, nunca perturbada no passado, seja perpétua e se fortaleça e se estreite cada vez mais (Rio Branco, 2012, p. 143).

Esse discurso foi pronunciado no Palácio Itamaraty, em 1906, em banquete oferecido ao Secretário de Estado norte-americano, Elihu Root, o qual visitava o Brasil por ocasião da III Conferência Internacional Americana. Na narrativa biográfica do Barão, o americanismo não representava uma ruptura com o passado imperial. Rio Branco era tributário do legado saquarema, construído por políticos como o Visconde do Uruguai, o Barão de Cotegipe, além de seu pai, o Visconde do Rio Branco, a partir da década de 1840 (Lynch, 2014). Naquela quadra histórica, o Brasil teve desavenças com os Estados Unidos, por exemplo, a respeito da Guerra Civil Americana, quando reconheceu o estado de beligerância dos confederados (Moniz Bandeira, 2007). Na estratégia discursiva de Rio Branco, a sensação de segurança ontológica e a linha de continuidade da política externa e da identidade internacional do Brasil foram recuperadas tendo-se como ponto de apoio o momento inaugural do reconhecimento norte-americano em 1824. Assim, sua narrativa biográfica tanto investiu na restauração do passado, na medida em que a continuidade da política externa era uma característica do Segundo Reinado, quanto projetou um novo horizonte de possibilidades através da atualização da herança imperial para o contexto do começo do século XX, marcado pela ascensão dos Estados Unidos no plano internacional.

Na ordem simbólica do século XIX, dentro da qual o Barão formou sua visão de mundo, vigoravam as regras e os valores da sociedade internacional europeia que emergiu do Congresso de Viena (1815). Dentro da ordem de Viena, os Estados soberanos dividiam-se em pequenas e grandes potências. As grandes potências compunham um clube seletivo com privilégios de status e responsabilidades na gestão das crises internacionais. Para entrar naquele rol restrito, o Estado deveria ser capaz de defender militarmente seus interesses por vezes tão gerais quanto a própria



extensão da sociedade internacional. Por sua vez, os novos Estados pós-coloniais que surgiam na América Latina após o Congresso de Viena foram incorporados à sociedade internacional europeia através do reconhecimento diplomático e da imposição do livre-comércio britânico, porém sempre com status inferior, tal como primos pobres das grandes potências (Watson, 1992; Wight, 2002; Cervo, 2008). No último quartel do século XIX, como cônsul em Liverpool, além disso, Rio Branco viu de perto a ascensão do novo imperialismo detonado pela partilha da África, o qual se estruturou na ocupação formal de territórios ao redor do globo sempre que algum povo fosse considerado incapaz de autogoverno (Döpcke, 2008). No começo do século XX, apenas Inglaterra, França, Alemanha, Áustria-Hungria, Rússia, Estados Unidos, Itália e Japão eram considerados grandes potências.

Do ponto de vista espacial, a narrativa biográfica do Barão baseou-se em um movimento fundamental. Era crucial garantir a unidade territorial e evitar conflitos de fronteira que convertessem a América do Sul em região de caos e desordem sujeita a aventuras imperialistas. Como mencionado mais acima, o chanceler obteve credibilidade para ser nomeado e reconduzido sucessivamente a suas funções no Itamaraty devido a seus diversos êxitos nas pendências de limites, seja como advogado do Brasil (Questão de Palmas, em 1895; e Questão do Amapá, em 1900) ou como ministro em negociações diretas com Bolívia (1903), Equador (1904), Holanda (1906), Colômbia (1907), Peru (1909) e Uruguai (1909). No final de sua gestão à frente do Itamaraty, o Barão podia transmitir à Europa a imagem de um país territorialmente satisfeito, estável e mais capaz de defender sua imensa costa oceânica após a chegada de navios modernos adquiridos juntos aos estaleiros britânicos, em 1910 (Bueno, 2012).

Temporalmente, sua sensação de segurança ontológica amparou-se na articulação discursiva da linha de continuidade das relações entre Brasil e Estados Unidos. No espaço, amparou-se na estabilização do território pautado por padrões de civilização associados a práticas diplomáticas europeias e à ordem política e social. No nível do imaginário, ademais, a busca por identificação com os Estados Unidos permitia à elite política projetar um futuro de grandeza e aumento de status para o Brasil no cenário internacional. Na realidade, o país não era uma grande potência, pois não tinha excedentes de poder militar, tampouco interesse diretos a defender para além de sua área geográfica. Como visto, entretanto, a ansiedade gerada pelo *lack* original leva os formuladores dos discursos de política externa em Estados pós-coloniais a mobilizarem fantasias que prometam compensação futura para sua defasagem atual em face dos Estados *significant-others*. O Barão do Rio Branco via as relações internacionais de sua época dentro de uma concepção condominial e oligárquica do poder, endossando os privilégios de status das grandes potências (Bueno, 2012).

Quando assumiu a chefia do Itamaraty, o Barão propôs-se não apenas a restaurar a imagem do Brasil, senão também a implementar uma *grande politique* de busca por prestígio e reconhecimento internacional. O chanceler considerava que o país era a contraparte dos Estados Unidos na América do Sul (Burns, 2003). Assim, Rio Branco procurou aproveitar todas as oportunidades que indicassem reconhecimento de status de parte das potências ocidentais. Em

1905, por exemplo, granjeou prestígio na Europa após a indicação de Joaquim Arcoverde, Arcebispo do Rio de Janeiro, como primeiro cardeal latino-americano junto à Santa Sé. Dessa forma, lidava-se com a ansiedade quando tais acontecimentos alimentavam a crença base da elite diplomática brasileira, segundo a qual o país estaria destinado a ocupar um lugar especial na ordem internacional (Silva, 1998). No plano discursivo, portanto, a sensação de segurança ontológica advinha da percepção de que o país se situava acima das pequenas potências. Nesse horizonte de possibilidades, a grandeza do território figurava como garantia de grandeza futura.

Em Estados pós-coloniais, a busca por status é parte da busca por segurança ontológica. Em um primeiro sentido, status é uma fantasia que as elites políticas articulam em discursos de política externa a respeito da auto-identidade de seu Estado e sua posição vis-à-vis *superior-others* em hierarquias internacionais (Bilgic e Pilcher, 2023). Conforme vimos, as fantasias permitem lidar com a ansiedade, pois conectam os sujeitos com a ordem social e servem como âncoras do Self no plano discursivo. Dessa forma, tanto a identificação entre Brasil e Estados Unidos como contrapartes no continente, quanto a afirmação em discurso de que sua amizade jamais foi perturbada no passado são fantasias que Rio Branco articulou acerca do status do Brasil na sociedade internacional de sua época. Em um segundo sentido, a busca por status demanda reconhecimento político de parte de outros Estados (Bartelson, 2013). A amizade e as relações especiais com *significant-others* são cruciais para a sensação de segurança ontológica. Se os laços de amizade forem fortes, os Estados enfatizarão memórias de um espaço de experiência comum, assim como ideias para a construção de uma ordem internacional em um futuro compartilhado. A amizade não é feita apenas do mútuo reforço das narrativas biográficas nacionais, mas também de atividades comuns, tais como a rotinização das relações especiais e atos simbólicos que demonstrem o projeto compartilhado (Berenskoetter, 2014b).

Da parte do Brasil, o reconhecimento da legitimidade do Corolário Roosevelt (1904) foi um ato simbólico voltado a apoiar a política do “big stick” dos Estados Unidos e estreitar os laços de amizade entre os dois países. Como vimos, a Doutrina Monroe tinha importante papel dissuasório em face de possíveis aventuras imperialistas europeias no território brasileiro. Ademias, o Barão reforçou sua sensação de segurança ontológica quando opôs o Brasil a vizinhos seus considerados turbulentos, ingovernáveis e incapazes de honrar suas dívidas. Em despacho à Embaixada em Washington, em 1905, o Barão esclareceu sua posição:

Não vejo motivo para que as três principais nações da América do Sul – o Brasil, o Chile e a Argentina – se molestem com a linguagem do Presidente Roosevelt e a do ex. Ministro da Guerra, seu particular amigo. Ninguém poderá dizer com justiça que elas estão no número das nações desgovernadas ou turbulentas que não sabem fazer “bom uso da sua independência”, ou a que deva ser aplicado pelos mais fortes o “direito de expropriação contra os povos incompetentes”, direito proclamado há tempos pelo atual Presidente dos Estados Unidos [...]. A doutrina de Monroe e o respeito, misturado de temor, que, pelos seus processos novos, os Estados Unidos inspiram às grandes Potências da Europa, têm servido para impedir, desde muitos anos, que elas pensem em conquistas ou violências em nosso continente. (AHI, 1905, s/p)

Dentro de sua concepção de americanismo, a prioridade conferida às relações especiais com os Estados Unidos ocorria em detrimento da América Latina. Assim, não surpreende que Rio Branco não tenha apoiado a Doutrina Drago (1902), a qual repudiava a cobrança coercitiva de dívidas soberanas na América Latina. Em despacho a Joaquim Nabuco, em 1907, afirmou que “[n]ós não temos realmente interesse algum em que a chamada Doutrina Drago figure no programa da Conferência [de Paz da Haia] ou seja proposta e aceita. Pagamos as nossas dívidas e, por outro lado, somos credores do Uruguai e do Paraguai” (AHI, 1907, s/p). Em outros termos, procurava atribuir ao Brasil status semelhante ao de grandes potências como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos, principais credores internacionais no começo do século XX.

Segundo afirmamos acima, rotinas são fundamentais para a sensação de segurança ontológica. Em 1905, a Legação do Brasil em Washington foi elevada à categoria de Embaixada. Naquela época, era comum que houvesse embaixadas apenas entre grandes potências. Esse ato simbólico visava rotinizar a amizade entre ambos os países em um novo patamar, o das relações especiais. Pela regra da reciprocidade, os Estados Unidos também elevaram sua Legação no Rio de Janeiro à categoria de Embaixada, o que foi percebido por Rio Branco como reconhecimento do status especial do Brasil no continente. Àquela altura, o México era o único país latino-americano a ter embaixador em Washington. Não à toa, o Barão convidou Nabuco para assumir o novo posto. Além de sua competência, ele também tinha fenótipo europeu. Entre os amigos, era conhecido como Quincas, o belo (Santos, 2018). Dessa forma, no plano simbólico daquela sociedade internacional, o Barão aderiu à hierarquia racial, que distinguia brancos e negros, e à hierarquia de poder, que distinguia grandes e pequenas potências. Nabuco tinha uma concepção idealista do americanismo, pautada na identificação entre os dois países por meio de valores e aspirações compartilhadas, bem como de percepções comuns acerca de critérios de legitimidade internacional (Ricupero, 2006). Graças a suas gestões em Washington, o Rio de Janeiro seria escolhido para sediar a III Conferência Internacional Americana, em 1906.

## LITERATURA E CRÍTICA POLÍTICO-SOCIAL

A escolha pelo Brasil ocorreu a despeito da oposição representada por Argentina e Venezuela. O Barão instruiu Joaquim Nabuco a defender a retirada da Doutrina Drago do programa da conferência por receio de que Brasil e Estados Unidos ficassem isolados no continente. Como anfitrião, ansiava para que o encontro tivesse uma agenda positiva e exitosa, de modo a ressaltar o protagonismo brasileiro como país-sede e transmitir à Europa e aos países vizinhos a ideia de que Brasil e Estados Unidos agiam em conjunto. Pela primeira vez, um secretário de Estado, Elihu Root, participaria de um encontro no exterior no exercício de suas funções (Santos, 2018). O ineditismo de sua viagem ao Rio de Janeiro pode ser considerado um ato simbólico que confirmaria o patamar das relações especiais e o status diferenciado do Brasil no continente. Diferentemente de Nabuco, contudo, Rio Branco não enxergava América e Europa como sistemas separados (Bethell, 2010). Em julho de 1906, em seu discurso de abertura da conferência, fez questão de salientar sua adesão a padrões de civilização europeus:

Nunca antes se viu em território brasileiro tão numerosa e seleta assembleia de estadistas, jurisconsultos e diplomatas estrangeiros; e posso assegurar que o Brasil, como o seu governo, sabe aquilatar devidamente essa grande honra, que, com o nosso grande aplauso, já coube a Washington e ao México, e que sucessivamente há de caber às capitais de outros Estados americanos [...]. É preciso afirmar que, formal ou implicitamente, todos os interesses serão por nós respeitados; que na discussão dos problemas políticos e comerciais, submetidos ao exame da conferência, esta não trabalha contra ninguém e só visa à maior aproximação entre os povos americanos, com que a Europa e outras partes do mundo só têm a ganhar [...]. Ela [a Europa] nos criou, ela nos ensinou, dela recebemos incessantemente o apoio e o exemplo, a claridade da ciência e da arte, as comodidades de sua indústria e a lição mais proveitosa do progresso. (Rio Branco, 2012, pp. 137-139)

Em 1906, conforme vimos, o Rio de Janeiro convertia-se em vitrine do Brasil apta a receber estadistas, jurisconsultos e diplomatas estrangeiros. Por um lado, a reforma arquitetônica do prefeito Pereira Passos demolira velhos casarões coloniais do centro da cidade em prol da construção de edifícios no estilo *art nouveau* típico da *Belle Époque* parisiense. Havia um rígido regulamento que obrigava os homens a circularem com paletó e sapatos nas ruas da cidade, sobretudo na Avenida Central. Por outro lado, a política higienista de Oswaldo Cruz combatia com eficácia ditatorial enfermidades como a varíola, a febre amarela e a peste bubônica, as quais empestavam o Rio de Janeiro e fizeram-no conhecido como o “túmulos dos estrangeiros” (Sevcenko, 2003). Em seu discurso de abertura, o Barão do Rio Branco identificou o Brasil como herdeiro de padrões de civilização europeus, ao mesmo tempo em que vislumbrava estágios mais elevados de progresso, a exemplo da ciência, da arte e da indústria da Europa. Em consequência, dever-se-iam ocultar negros, indígenas e mestiços dos olhos dos estrangeiros, considerados parte de um passado que seria imperioso superar.

Desde a década de 1870, o discurso do racismo científico disseminava-se no Brasil. Da Europa, os intelectuais brasileiros receberam o enorme influxo das teorias raciais, com base nas quais passaram a destacar os “perigos da miscigenação”. Por um lado, autores como Morgan e Tylor defendiam o evolucionismo social, segundo o qual o desenvolvimento humano percorreria três etapas – a selvageria, a barbárie e a civilização. Nessa chave, os indígenas brasileiros seriam descritos como “selvagens”, ao passo que os europeus – sua ciência, arte e indústria – como “civilizados”. Por outro lado, darwinistas sociais como Gobineau e Le Bon eram mais pessimistas, uma vez que assumiam que as diferenças raciais eram essenciais e imutáveis. Os caracteres físicos e morais de cada indivíduo seriam determinados por seu grupo racial. Em consequência, a miscigenação era condenada como sinal de “degeneração”. Em 1888, ano da Abolição, o médico baiano Nina Rodrigues afirmou que a igualdade entre as raças era apenas jurídica, pois os homens não nascem iguais (Schwarcz, 1996). Em 1905, Lima Barreto registrou amargamente suas impressões em seu diário íntimo:

Vai se estendendo, pelo mundo, a noção de que há umas certas raças superiores e umas outras inferiores, e que essa inferioridade, longe de ser transitória, é eterna e intrínseca à própria estrutura da raça. Diz-se ainda mais: que as misturas entre essas raças são um vício social, uma praga e não sei que coisa feia mais [...]. E assim a coisa vai se espalhando, graças à fraqueza da crítica das pessoas interessadas, e mais do que à fraqueza, à covardia

intelectual de que estamos apossados em face dos grandes nomes da Europa [...]. É satisfação da minh'alma poder oferecer contestação, atirar sarcasmos à soberbia de tais sentenças, que me fazem sofrer desde os quatorze anos. Oh! A ciência! Eu era menino, tinha aquela idade, andava no meio dos preparatórios, quando li, na *Revista Brasileira*, os seus esconjuros, os seus anátemas... falavam as autorizadas penas do senhor Domício da Gama e Oliveira Lima... (Barreto, 2018, s/p)

Dentro desse espírito do tempo, Rio Branco recusava-se a aceitar negros e mestiços no serviço diplomático. A voga do determinismo racial obliterou o debate da democratização no Brasil. Em seu lugar, sobreveio a “república dos conselheiros” e a marginalização social. Aqui e no exterior, a mestiçagem era vista como a razão do atraso e mesmo da inviabilidade do país como nação. Acima destacamos a obsessão de Rio Branco com a imagem internacional do Brasil. De um lado, na narrativa biográfica nacional da elite diplomática, o território emergiu como garantia de grandeza futura. De outro, compreendia-se o povo mestiço como “garantia de atraso e degeneração”. Enquanto abolicionista, Joaquim Nabuco defendera a vinda de imigrantes europeus como forma de trazer ao país a saúde presente no sangue caucasiano (Vieira, 2018). Nesse sentido, Silvio Romero adaptaria o darwinismo social à tese do branqueamento, base da política migratória de São Paulo. Projetava-se um futuro branco e sem conflitos no Brasil (Schwarcz, 1996).

Em seu aniversário de sete anos, o menino Lima Barreto havia celebrado a Abolição. No entanto, a República marcaria a interrupção de sua ascensão social. Bastante afetado pela doença mental de seu pai, situação que o obrigou a buscar emprego na Secretaria da Guerra para sustentar a família, o escritor carioca via com indignação e amargura o estabelecimento da “república dos conselheiros” e a disseminação das teorias raciais no Brasil. Em 1904, foi testemunha ocular da Revolta da Vacina. Em seu diário, registrou que “[t]oda a violência do governo se demonstra na ilha das Cobras. Inocentes vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre. Um progresso! [...] Durante quatrocentos anos não se fez outra coisa no Brasil” (Barreto, 2018, s/p). Por um lado, a incorporação do Acre havia sido o maior triunfo diplomático do Barão. Por outro, era para lá que se mandavam negros e mestiços considerados indignos de circular na capital civilizada. Em 1908, um cronista do “Jornal do Comércio” descreveu a vergonha que a elite diplomática sentira durante a Conferência do Rio de Janeiro ante a visão de dois indígenas que haviam vindo do interior de São Paulo em busca de proteção e auxílio do governo federal:

Abriamos a nossa casa para convidados da mais rara distinção e de todas as nações da América. Recebíamos até norte-americanos! [...]. Íamos mostrar-lhes a grandeza do nosso Progresso, na nossa grande Avenida recém-aberta, na Avenida à beira-mar, não acabada, no Palácio Monroe, uma teteia de açúcar branco. No melhor da festa, como se tivessem caído do céu ou subido do inferno os selvagens medonhos, de incultas cabeleiras metidas até os ombros, metidos com gente bem penteada, estragando a fidalguia das homenagens, desmoralizando-nos perante o estrangeiro, destruindo com seu exotismo o nosso chiquismo [...]. Não houve remédio senão aturar as feras, mas só Deus sabe que força de vontade tivemos de empregar para sorrir ao Sr. Root, responder em bom inglês ao seu inglês, vendo o nervoso que nos sacudia a mão quando empunhávamos a taça dos brindes solenes e engolir, de modo que não revelasse aos

nossos hóspedes que tínhamos índios atravessados na nossa garganta. Foram dias de dor aqueles dias de glória (citado por Sevcenko, 2003, pp. 50-51).

No âmbito emocional, o Barão buscava lidar com sua ansiedade e insegurança ontológica através da articulação discursiva de uma identidade internacional para o Brasil amparada em três coordenadas. Em primeiro lugar, era preciso falsear o *lack* original por meio do ocultamento do povo mestiço, negro e indígena dos olhos dos estrangeiros. Em segundo, procurar a todo custo sinais de reconhecimento ou de chancela aristocrática para o status do país em face dos Estados Unidos e da Europa. Por fim, projetar um futuro de grandeza internacional amparado no branqueamento da população e na imensidão do território (Muñoz, 2022). Assim, a busca por vanglória era um modo de compensar a dor da ansiedade e da vergonha. Rio Branco ansiava por transformar o Itamaraty na porta de entrada para autoridades e intelectuais estrangeiros no Brasil. Conhecido jocosamente como “caríssimo chanceler”, em função de seus gastos nababescos com representação, mandou trazer da Europa móveis, tapetes, porcelanas e cristais para a Conferência de 1906. O salão nobre teve suas paredes recobertas com seda dourada (Santos, 2018).

Como vimos, Lima Barreto tinha verdadeiro horror ao chiquismo e ao cosmopolitismo que dominavam a capital federal no começo do século. No Rio de Janeiro, tudo parecia resumir-se à preocupação com as aparências representadas pelos automóveis, pela elegância no vestir e pelos retratos nos jornais. Por sua vez, a própria função do intelectual travestia-se em fachada indispensável para a “cavação” de empregos públicos, por exemplo, para o acesso à carreira diplomática (Sevcenko, 2003). O próprio Barão do Rio Branco havia sido eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1898, embora sua obra de maior destaque tenha sido apenas uma coleção de efemérides da história do Brasil. Com ironia ferina, Lima Barreto escreveu que “hoje, o seu ídolo literário [de sua personagem Gonzaga de Sá] é o senhor barão do Rio Branco. – Mas não tem livros? – É porque não quer. Se os fizesse...” (Barreto, 2018, s/p). Em sua visão, o Barão era a epítome do bovarismo da elite política brasileira. Em seu romance “Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá”, publicado em 1919, registrou incisivamente sua visão do chanceler:

Era um atrasado, que a ganância das gazetas sagrou e a bobagem da multidão fez um Deus [...]. Este Juca Paranhos faz do Rio de Janeiro sua chácara... Não dá satisfação a ninguém... Julga-se acima da Constituição e das leis... Distribui dinheiro do Tesouro como bem entende... [...] Este Rio Branco é egoísta, vaidoso e ingrato... O seu ideal de estadista não é fazer a vida fácil e cômoda para todos; é o aparato, a filigrana dourada, a solenidade cortesã das velhas monarquias europeias – é a figuração teatral, a imponência de um cerimonial chinês, é a observância das regras de precedência e outras vetustas tolices versalhezas. (Barreto, 1919, s/p)

O escritor carioca era um adversário empedernido do americanismo, base de toda a política externa de Rio Branco e Joaquim Nabuco. Não considerava os Estados Unidos um modelo de democracia e progresso, tampouco uma imagem idealizada para o futuro do Brasil. Na crônica “O nosso ‘yakismo’”, publicada em 1919, atacou a “ingênua tolice [...] que nos aconselha a imitar a monstruosa República da América do Norte, até o ponto de levar-nos a sermos, como depois de Rio Branco somos, um disfarçado protetorado dela” (Barreto, 1923, s/p). Lima Barreto amparou-se em sua leitura de “Le Bovarysme”, de Jules de Gaultier, para construir seu argumento contra o



“yakismo”. Em sua concepção, os Estados Unidos eram um país no qual imperava a “crença no todo-poderio do dinheiro, [...] [na] dureza com os humildes, com os inferiores, com os desgraçados, com tolas e infundadas superstições de raça de classe” (Barreto, 1923, s/p). Assim, considerava equivocado imitá-los a ponto de substituir completamente os hábitos e valores nacionais, tornando-se o Brasil aquilo que não é em razão da fascinação pelo modelo estrangeiro.

Lima Barreto foi um mestre nos gêneros narrativos da crônica, do conto e do romance. Sua obra compõe amplo panorama da transição de uma sociedade escravista para um sistema de democracia de fachada, constituído por uma elite política mais intolerante e aristocrática que a do próprio regime imperial. O escritor atacou em sua ficção a nova plutocracia formada por cafeicultores, capitalistas, arrivistas e bacharéis. Na experiência ocidental, a literatura constituiu-se em domínio separado em paralelo ao surgimento da democracia moderna. Assim, tornou-se relevante instrumento para a crítica política e social (Derrida, 2014). No Brasil, ninguém superou Lima Barreto nos textos satíricos. Sua sátira “Os Bruzundangas”, por exemplo, reúne um conjunto de caricaturas a respeito de um país fictício, porém muito semelhante ao Brasil da Primeira República. Nessa obra, há clara inspiração na sátira “As Viagens de Gulliver” (1726), de Jonathan Swift. A constituição da estranha República da Bruzundanga fora copiada da de Brobdingnag, o país dos gigantes visitado por Gulliver. Na sátira do escritor carioca, referia-se aos Estados Unidos, cuja carta magna havia sido o modelo para a Constituição de 1891 (Barbosa, 2013).

Em “Os Bruzundangas”, o escritor carioca parodiou o Barão do Rio Branco através de sua personagem, o Visconde de Pancôme. Tal como em suas crônicas, Lima Barreto também criticou o bovarismo e o racismo presentes na política externa de Rio Branco. Na Europa, o Visconde fez a estranha república ficar conhecida por meio de “anúncios nos jornais, cartazes nas ruas, berreiros de *camelots*, letreiros luminosos, nas esquinas e em outros locais públicos [...]”. Houve um que ficou célebre e assim rezava: ‘Bruzundanga, país rico – café, cacau e borracha. Não há pretos’” (Barreto, 1922, s/p). Nessa obra, Lima Barreto fez pouco caso da aura que envolvia o Barão do Rio Branco, grande herói nacional de memória eternizada. Em lugar disso, rebaixou-o ao ridículo de situações banais e exageradas a fim de gerar efeito cômico e crítico no leitor. Extremamente cioso das aparências, o Visconde de Pancôme mandou “usar papel de linho nos ofícios, estabelecer uma cozinha na sua secretaria e baixar portaria, determinando que os seus funcionários engraxassem as botas todos os dias. Na cozinha é que estava o principal das suas reformas, pois era o seu fraco a mesa farta, atulhada” (Barreto, 1922, s/p). Na melhor tradição satírica, Lima Barreto fez troça dos vícios do chanceler, não apenas de sua vaidade, mas também de sua gula. De fato, o Barão tinha um fraco por peixadas, feijoadas e abacaxis (Santos, 2018).

Em seu conto “Congresso Pamplanetário”, publicado na coletânea “Histórias e sonhos” (1920), por sua vez, Lima Barreto recorreu com humor crítico ao tema do espaço sideral. O conto narra a realização de um congresso dos planetas do sistema solar, observado à distância pelas estrelas gigantes Sirius, Altair e Aldebarã. É plausível considerá-lo uma paródia à III Conferência Internacional Americana, na qual os países do continente reuniram-se tendo a Europa das grandes potências – digamos, Inglaterra, França e Alemanha – como expectadora distante. No mesmo



sentido, Júpiter, o gigante gasoso, alude aos Estados Unidos. Saturno, associado à melancolia, refere-se ao México, vítima do imperialismo norte-americano. O pequeno Mercúrio é possível alusão a Cuba. Por sua vez, a sede do congresso dos planetas é a Terra, ou seja, o Brasil:

Júpiter propôs, e todos os planetas restantes aceitaram, a reunião de um Congresso Pamplanetário. Era preciso, diziam os embaixadores de Júpiter, formar um espírito planetário, em contraposição ao espírito estelar [...]. A reunião – ficou decidido – teria lugar na Terra. Não porque a Terra fosse muito poderosa, mas porque, nos últimos anos, ela instalara nos seus polos uma imensa buzina que gritava para as estrelas: *sou o primeiro planeta do orbe, tenho estradas de milhões de metros: sou o paraíso do Universo, etc., etc.* [...] [O]s estúpidos jupiterianos se reúnem na praça pública e matam a pauladas, a fogo, à foice, sem forma de processo alguma, sob o pretexto de que o “gato” queria casar ou namorava uma filha deles. Lá se chama banditismo e é coisa parecida com o linchamento yankee [...] Júpiter, como ia dizendo, acudiu ao grito da buzina e reuniu o congresso na Terra [...]. A Terra banalizou-se [...]; os “gatos” de todos os planetas, contudo, vieram a gozar dos benefícios das instituições jupiterianas, isto é, foram expulsos da comunhão dos patrícios. (Grifos no original) (Barreto, 2008: 56-61).

Através dessa linguagem metafórica, é possível perceber uma vez mais que o bovarismo e o racismo compõem a chave para a compreensão da crítica de Lima Barreto ao americanismo de Rio Branco e Nabuco. Por “espírito planetário”, interpretamos que o escritor quer dizer “espírito americano”; por “gatos”, refere-se aos negros. A Terra não era muito poderosa, tampouco o Brasil era uma grande potência. No entanto, por intermédio de uma “imensa buzina” – vocalizada pelo Itamaraty – “gritava às estrelas” tratar-se do “primeiro planeta do orbe”. Quer dizer, a diplomacia de Rio Branco utilizava-se de uma fachada para atrair estrangeiros e convencer as potências da Europa de que o Brasil fazia parte do mundo civilizado. Na crônica “São capazes de tudo”, de 1919, Lima Barreto designou essa preocupação com as aparências e a opinião dos estrangeiros como “diplomacias da Lua”, pois o Itamaraty nada enxergava dentro do Brasil (Barreto, 1923). No conto citado, o escritor também apontou a influência deletéria dos Estados Unidos, galvanizada pela realização da Conferência do Rio de Janeiro, em 1906. Dessa forma, o Brasil poderia vir a copiar o que havia de pior nas “instituições jupiterianas”, tal como o racismo que os levava a expulsar os negros da comunhão democrática com os demais cidadãos. Como vimos, o Barão os queria longe da carreira diplomática.

Como pondera Santos (2018), havia uma dissonância cognitiva entre a real percepção que os Estados Unidos tinham do Brasil e o ansiado status de paridade buscado por Rio Branco. A suposta “aliança não escrita” (Burns, 2003) entre os dois países não existiu. Apesar do poder de sedução de Joaquim Nabuco, a participação de Elihu Root na Conferência do Rio de Janeiro resultou mais do interesse norte-americano em fomentar suas exportações e investimentos na América Latina do que de um alegado reconhecimento das relações especiais com o Brasil. Conforme vimos, tal dissonância cognitiva resultou de fantasias articuladas em discursos da política externa de Rio Branco que buscavam compensação para a percebida inferioridade brasileira. No conto “Congresso Pamplanetário”, Lima Barreto ridicularizou o autoengano da elite diplomática. Sob a bandeira do “espírito planetário”, Júpiter ocultava o “segredo desejo de vender aos outros planetas farpas aperfeiçoadas, remédios para calos, toneladas de um literário papel de

embrulhos e outros produtos similares de sua atividade sem limites, não esquecendo o fito de conquistar alguns destes últimos ou parte deles” (Barreto, 2008, pp. 56-57). Em outras palavras, os Estados Unidos viam na conferência apenas uma oportunidade para vender uma série de quinquilharias sem utilidade, enquanto seu imperialismo avançava na América Latina. Por sua vez, o bovarismo cegava a elite diplomática brasileira, encantada com o ideal pan-americano e o materialismo industrial dos Estados Unidos.

Por intermédio de sua obra, parece-nos que Lima Barreto construiu um discurso literário alternativo e crítico ao discurso hegemônico da política externa brasileira de seu tempo. Dessa forma, opôs-se diametralmente à narrativa biográfica nacional sustentada por Rio Branco e Nabuco no começo século XX. Contrapunha-se ao falseamento de origem, que levava o Itamaraty a transmitir ao exterior a imagem do Brasil como “nação branca e civilizada”, na medida em que concebia a sociedade brasileira como fruto da mestiçagem, já adaptada à natureza tropical do país. Como pondera Sevcenko (2003), sua reação às teorias raciais era a defesa do colonizado contra a avalanche colonizadora representada pela oligarquia republicana. Por sua vez, via a busca por reconhecimento de status internacional como efeito da mistificação cosmopolita que tomava conta do Rio de Janeiro. Respondeu à ansiedade, à insegurança e à vaidade do Barão ora com a crítica contundente, ora com a zombaria mordaz. No começo da República, o debate sobre o americanismo travava-se por nomes como Rio Branco, Joaquim Nabuco, Salvador de Mendonça, Oliveira Lima e Rui Barbosa. A crítica de Lima Barreto construiu-se às margens da elite política e diplomática brasileira. Com desassombro, o escritor sentenciou: “Falo, sem temor, dessas coisas da política internacional porque conheço o estofo dos pedantes que a querem fazer coisa transcendente” (Barreto, 1923, s/p).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No plano simbólico vigente no começo do século XX, a sociedade internacional pautava-se por regras e valores eurocêntricos. Dessa forma, o imperialismo e o racismo estavam na ordem do dia. Em 1902, quando retornou ao Brasil para assumir o comando do Itamaraty, Rio Branco encontrou um país que recém saíra do caos das guerras civis e das crises política e econômica. Causava-lhe horror a impressão de que o país caíra na barbárie, tal como as repúblicas turbulentas e ingovernáveis da América Latina. Preocupava-se extremamente com o risco de fragmentação territorial e com as ameaças de agressões imperialistas ao Brasil. Ansiava por fazer o país reconhecido na Europa e nos Estados Unidos como parte do mundo civilizado. No plano do imaginário, investiu na fantasia de que o Brasil era a contraparte dos Estados Unidos na América do Sul, um gigante destinado à grandeza futura. Na condução do Itamaraty, concentrou poderes e reforçou métodos arbitrários de recrutamento que excluíram negros e mestiços do acesso à carreira diplomática. Ao lado de Joaquim Nabuco, considerou com exagero que a realização da III Conferência Internacional Americana no Rio de Janeiro, em 1906, sinalizava o reconhecimento dos Estados Unidos para um novo patamar de amizade e relações especiais.

Por sua vez, Lima Barreto tornou-se acerbo opositor do bovarismo e do racismo que dominavam a elite política e a burguesia carioca no começo do século XX. Enxergou em Rio Branco a epítome dessa atitude de reverência em relação aos modelos e às opiniões dos estrangeiros. Considerava sua política externa uma fachada que buscava veicular no exterior uma imagem falsa do Brasil. Em suas sátiras, troçou das vaidades do Barão e de sua preocupação excessiva com as aparências. Em sua visão, essa “diplomacia da Lua” nada trazia de benefício para a população comum e marginalizada da capital e do interior do país. Lima Barreto via no Itamaraty algo como uma fazenda colonial, em cuja casa-grande negros e mestiços jamais poderiam entrar. Opôs-se ferozmente ao americanismo, elemento central da política externa de Rio Branco e Joaquim Nabuco. O escritor carioca considerava-o um equívoco, na medida em que a cópia das instituições norte-americanas traria ao Brasil o que havia de pior naquele país, sobretudo a exclusão dos negros do processo democrático. Em boa medida, portanto, a crítica de Lima Barreto ao Itamaraty antecipou temas da democratização da política externa brasileira, a qual ainda levaria muitas décadas para entrar na ordem do dia.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alonso, A. (2002). *Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra.
- Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). (1905). Despacho à Embaixada do Brasil em Washington, 31.01.1905. Estante 235, Prateleira 2, Maço 5.
- Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). (1907). Despacho à Embaixada do Brasil em Washington, 27.02.1907. Estante 235, Prateleira 2, Maço 6.
- Barbosa, F. A. (2013). “Apresentação”. In: BARRETO, L. *Melhores Contos*. Global: São Paulo, s/p.
- Barreto, L. (1919). *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. DC. Arquivo Kindle.
- Barreto, L. (1922). *Os Bruzundangas*. DC. Arquivo Kindle.
- Barreto, L. (1923). “O nosso ‘yakismo’”. In: BARRETO, L. *Bagatelas*. DC. Arquivo Kindle.
- Barreto, L. (1923). “São capazes de tudo...”. In: BARRETO, L. *Bagatelas*. DC. Arquivo Kindle.
- Barreto, L. (2008). “Congresso Pamplanetário”. In: BARRETO, L. *Histórias e Sonhos*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Barreto, L. (2018). *Diário Íntimo*. Rio de Janeiro: Obliq Livros.
- Barros, A. S. C. (1983). ‘Política exterior brasileña y el mito del Barón’, *Foro Internacional*, 24(1), pp. 1-20.
- Bartelson, J. (2013). ‘Three concepts of recognition’, *International Theory*, 5(1), pp. 107-129.

Berenskoetter, F. (2014a). 'Parameters of a national biography', *European Journal of International Relations*, 20 (1), pp. 262-288.

Berenskoetter, F. (2014b). "Friendship, Security, and Power". In Koschut, S.; Oelsner, A. (org.), *Friendship and International Relations*. London, Palgrave Macmillan, pp. 51-71.

Bethell, L. (2010). 'Nabuco e o Brasil entre a Europa, Estados Unidos e América Latina', *Novos Estudos*, 88, pp. 73-87. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/JT5d8zCPZMZ8fDbTtHP5tQP/?lang=pt>

Bilgic, A.; Pilcher, J. (2023). 'Desires, fantasies, and hierarchies: postcolonial anxiety through ontological security', *Alternatives*, 48(1), pp. 3-19.

Bueno, C. (2012). 'O Barão do Rio Branco no Itamaraty', *Rev. Bras. Polít. Int.*, 55(2), pp. 170-189. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/JTJnXW6pm5XScYCd38pYtdg/>

Burns, B. E. (2003). *A Aliança Não Escrita: O Barão do Rio Branco e as Relações do Brasil com os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC Edições.

Cervo, A. L. (2008). "Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871)". In SARAIVA, J. F. S. (org.), *História das Relações Internacionais Contemporâneas: Da Sociedade Internacional do Século XIX à Era da Globalização*. São Paulo: Editora Saraiva, pp. 41-75.

Cervo, A. L.; Bueno, C. (2011). *História da Política Exterior do Brasil*. 4. ed. Brasília: Editora UnB.

Cheibub, Z. B. (1985). 'Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica', *Dados*, 28 (1), pp. 113-131. Disponível em: <https://dados.iesp.uerj.br/es/artigos/?id=299>

Derrida, J. (2014). *Essa Estranha Instituição chamada Literatura: Uma Entrevista com Jacques Derrida*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Döpcke, W. (2008). 'Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1914)'. In: SARAIVA, J. F. S. (org.), *História das Relações Internacionais Contemporâneas: Da Sociedade Internacional do Século XIX à Era da Globalização*. São Paulo: Editora Saraiva, pp. 77-129.

Eberle, J. (2019). 'Narrative, desire, ontological security, transgression: fantasy as a factor in international politics', *Journal of International Relations and Development*, 22(1), pp. 243-268.

Garcia, E. V. (2008). *Diplomacia Brasileira e Política Externa: Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Kehl, M. R. (2018). *O Bovarismo Brasileiro: Ensaio*. São Paulo: Boitempo.

Lafer, C. (2018). "A autoridade do Itamaraty". In: LAFER, C. *Relações Internacionais, Política Externa e Diplomacia brasileira: pensamento e ação*, v. 1. Brasília: FUNAG, pp. 151-162.

Leite, F. S. (2023). 'Política externa brasileira e política internacional do início do século XX na obra de Lima Barreto', *Anais Eletrônicos do 9º ENABRI*. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). Disponível em: <https://www.encontro2023.abri.org.br/anais/trabalhos/textos01?simposio=27>

Lessa, R. (1999). *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro: Topbooks.

Lima, M. R. S. (1994). 'Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña', *América Latina/Internacional*, 1(2), pp. 27-46.

Lins, A. (1965). *Rio-Branco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Lynch, C. (2014). 'Um saquarema no Itamaraty: por uma abordagem renovada do pensamento político do Barão do Rio Branco', *Revista Brasileira de Ciência Política*, 15, pp. 279-314. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/XcfW9jWKbvCWkGstNdzmzvD/?lang=pt>

Mitzen, J. (2006) 'Ontological Security in World Politics: State Identity and the Security Dilemma', *European Journal of International Relations*, 12(3), pp. 341-370.

Moniz Bandeira, L. A. (2007). *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Moura, C. P. (2000). 'Herança e Metamorfose: a construção social dos dois Rio Branco', *Estudos Históricos*, 14(25), pp. 81-101. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2113>

Muñoz, L. R. (2022). 'Virada estética e política externa: uma leitura machadiana da identidade internacional do Brasil', *Monções*, 11(22), pp. 151-177. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/15070>

Ricupero, B. (2018). 'A República e a descoberta da América: nova forma de governo e mudança identitária no Brasil da década de 1890', *Dados*, 61(1), pp. 213-253. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/w5qyFVn3CP8nVZMVWc96hft/abstract/?lang=pt>

Ricupero, R. (2006). "O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular". In ALBUQUERQUE, J. A. G.; SEITENFUS, R.; CASTRO, S. H. N. (org.), *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*, v. 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, pp. 46-81.

Rio Branco, B. (2012). *Obras do Barão do Rio Branco: Discursos*. Brasília: FUNAG.

Santos, L. C. V. G. (2004). *O Brasil entre a Europa e a América: O Império e o Interamericanismo*. São Paulo: Editora UNESP.

Santos, L. C. V. G. (2012). *O Evangelho do Barão: Rio Branco e a Identidade Brasileira*. São Paulo: Editora UNESP.

Santos, L. C. V. G. (2018). *Juca Paranhos, o Barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Sato, E. (1998).. '40 anos de política externa brasileira, 1958-1998: três inflexões', *Rev. Bras. Polít. Int.*, 41, pp. 8-28. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/QkrSmb5zwLJHwZKr9Hqm3Mn/abstract/?lang=pt>

Schwarcz, L. M. (1996). 'Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX', *Afro-Ásia*, 18, pp. 77-101. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20901>

Sevcenko, N. (2003). *Literatura como missão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Silva, A. M. (1995). 'O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea', *Estudos Históricos*, 8(15), pp. 95-118. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1996>

Silva, A. M. (1998). 'Ideias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU', *Rev. Bras. Polít. Int.*, 41(2), pp. 139-158. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/3MyzVxHcPbWSrTHdxDFFcnf/>

Skidmore, T. E. (1992). "Racial Ideas and Social Policy in Brazil, 1870-1940". In GRAHAM, R. (ed.), *The Idea of Race in Latin America*. Austin: University of Texas Press, pp. 7-36.

Steele, B. J. (2005). 'Ontological security and the power of self-identity: British neutrality and the American Civil War', *Review of International Studies*, 31(3), pp. 519-540.

Viana Filho, L. (2008). *A vida do Barão do Rio Branco*. São Paulo: Editora UNESP; Salvador: EDUFBA.

Vieira, M. A. (2018). '(Re-)imagining the 'Self' of Ontological Security: The Case of Brazil's Ambivalent Postcolonial Subjectivity', *Millennium*, 46(2), pp. 142-164.

Watson, A. (1992). *The Evolution of International Society*. London: Routledge.

Wight, M. (2002). *A Política do Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.